

# A PLATAFORMA INFORMACIONAL NA DINAMIZAÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA DO PAÍS

*Teresa Cirne*

Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Rua Álvares Cabral

4400-017, Vila Nova de Gaia

Tel: 223742400

E-mail: mteyrne@mail.cm-gaia.pt

## RESUMO

No actual contexto da sociedade moderna, o saber e a difusão do conhecimento assumem-se como uma componente indissociável do desenvolvimento. Neste sentido, é necessário estabelecer uma articulação integrada, gerada entre os diversos agentes susceptíveis de rentabilizar significativamente o saber, nomeadamente os organismos detentores de conteúdos culturais (museus, bibliotecas, arquivos e centros de informação e documentação), entidades formais de criação e difusão do saber (escolas e universidades), entidades de criação e difusão artística (escolas e universidades específicas, criadores e artistas) e instituições de I&D (universidades, laboratórios, empresas).

Este desiderato deverá ultrapassar o simples pendor tecnológico, já que não se pode limitar à mera implementação de uma rede electrónica entre os diversos agentes informacionais. Com efeito, esta articulação integrada deverá passar por uma eficaz interligação entre aqueles agentes, e ser accionada mediante o estabelecimento de uma política de parcerias culturais e educacionais, susceptível de comportar um investimento de alto retorno cultural e educativo a curto e a médio prazo. Neste sentido, urge encontrar respostas e explorar os caminhos tendentes à rentabilização da informação e/ou saberes específicos, relativos a cada um desses mesmos agentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Informação, saber, cultura, educação, desenvolvimento, redes.

## INTRODUÇÃO

*Hoje o mundo é do seu verdadeiro tamanho. Nem uma polegada a menos nem uma ilusão a mais.*

Almada Negreiros, *Direcção única* (1932)

Esta comunicação é um texto inacabado. Pretende apenas constituir-se como um momento de reflexão dentro da comunidade dos profissionais da informação, contribuindo para a consciencialização da necessidade de um trabalho que deverá ser feito em

cooperação por uma vasta equipa de agentes relacionados com a gestão do saber.

Não iremos traçar um plano detalhado de acção, nem tão-pouco desenvolver pormenorizadamente uma metodologia de intervenção na área aqui tratada. Julgamos que a prioridade, neste momento, consiste em demonstrar as potencialidades de rentabilização integrada dos inúmeros esforços e trabalhos já realizados ou ainda em curso, em diversas instituições públicas ou privadas, no âmbito do ensino e da cultura, da ciência e da tecnologia, em Portugal.

Inseridos numa lógica de progressiva descompartimentação física do mundo, estamos hoje plenamente conscientes do papel que a informação desempenha nesse processo milenar de aproximação e de expansão na [re]construção de uma entidade global. No mundo contemporâneo, as novas redes ópticas e electromagnéticas assumem-se como os elementos estruturadores do território, de novas formas de sentir, pensar e actuar. Estas novas redes conexas, conectivas e homogéneas, isotrópicas e nodais, estão na base da dita “*Network Society*” de Manuel Castells.

Mediante o impulso tecnológico, torna-se, pois, indesmentível a actual tendência unificadora e democratizante da informação, a par da sua capacidade niveladora socio-económica. Cabe hoje à informação dilatar os horizontes culturais e políticos, abrir perspectivas de conhecimento e constituir-se como a única plataforma válida e consistente em todos os sectores da vida, sobretudo na dinamização cultural e educativa do país.

## RENOVAÇÃO, INFORMAÇÃO

*Só temos o passado à nossa disposição. É com ele que imaginamos o futuro. Mas há duas maneiras de se servir do passado para construir o que, por não termos outro remédio, se chama futuro. Uma é ter passado como se o não tivéssemos (...) A outra é a de ter essencialmente, ou com uma fixação hipnótica, só passado, quer dizer, ser simbólica e apaixonadamente passado.*

Eduardo Lourenço, *Nós como futuro*

Ao longo da nossa história têm sido frequentes, por parte de muitos autores, as alusões ao carácter

apático da sociedade portuguesa, facto que tem motivado diversos debates em torno das vias e dos métodos de desenvolvimento do País. Ciclicamente, sobretudo desde finais do século XIX, foram várias as tentativas de refundação da nação portuguesa, sempre alicerçadas num projecto colectivo de construção de uma sociedade dita pós-tradicional. Trata-se de gerar um compromisso de progresso saído de um contínuo diálogo entre cultura e política, entre conservação e progresso, entre elites e povo, entre costumes e educação, entre reforma e revolução, entre sonho e acção, entre ideias e discurso.

O Portugal de finais de Oitocentos viveu sob o signo do pessimismo, marcado por uma crise de identidade e por um complexo de inferioridade nacional relativamente à Europa, sentimentos que se difundiram pelo escol intelectual. Tal atitude era corroborada pela "brutal disparidade entre a sistemática obstrução às tentativas de modernização e a realidade das sociedades estrangeiras em aceleração do crescimento económico"<sup>1</sup>. A distância que separava Portugal do resto do mundo civilizado era a razão que levava os intelectuais a padecer de uma patológica melancolia de natureza cívica e moral. A Europa colocava-se numa dupla e contraditória dimensão: por um lado, era um paradigma a imitar, por outro, impunha-se como referência inatingível pela distância a que se encontrava. Portugal decadente e "moribundo"<sup>2</sup>, visto como o "enfermo do Ocidente"<sup>3</sup>, funcionou como temática sobejamente tratada pela "intelligentsia" nacional.

Já mudámos, entretanto, duas vezes de século e já nos circunscrevemos política e economicamente num espaço comunitário europeu, sucessivamente mais alargado. Mas, apesar destas alterações profundas, a temática continua a ser recorrente entre nós e a motivar teses e discursos mais ou menos sustentados por alguns teóricos de reconhecida nomeada e até por gente anónima. A verdade é que, ao longo de sucessivos enquadramentos políticos, de diversas estruturas e conjunturas económicas, sociais e culturais, permanecem, objectivamente, o atraso e a consciência da distância relativamente a essa Europa feita de duas velocidades.

É, porém, chegado o tempo da vontade, da alteração, da mudança, de combater esta situação real e este estigma social em que nos defendemos e no qual nos definimos e nos temos olhado secularmente. Numa sociedade em que se reconhece e se valoriza cada vez mais a informação e a importância estratégica da mesma no desenvolvimento nacional, cabe aos profissionais desta área procurar contribuir para essa dinamização. Mas qual a chave? Qual a fórmula? Que alavancas utilizar para propiciar essa mudança?

1 SILVA, Augusto Santos – *Formar a Nação: vias culturais do progresso segundo intelectuais portugueses do século XIX*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1987, p. 5-6.

2 Assim se referem Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins.

3 Oliveira Martins citado por PIRES, António Machado – *A decadência, ou interrogações de um Portugal hamletiano*. Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, nº 15 (Abr.-Jun. de 1987), p. 13.

## INOVAÇÃO, INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO

*Quer queiramos quer não, não podemos evitar de a ouvir, de a ler, de a pronunciar. A palavra inovação está por todo o lado, em todos os lábios, em todos os planos de desenvolvimento, estratégias, objectivos ou práticas de intervenção.*

*Este conceito encontra-se no coração de diversos planos de acção, nomeadamente os relativos à ciência e à tecnologia, à política, às universidades ou às auto-estradas da informação. Trata-se duma moda? Duma necessidade?*

Camille Bouchard (*L'innovation sociale existe-t-elle?*)

Julgamos que a chave da mudança está na inovação. Na inovação a par da educação. Aliás, sabemos a importância da educação no desenvolvimento dos povos. É indesmentível a capacidade geradora de riqueza que a instrução propicia. Já em 1870, D. António da Costa e Sousa de Macedo – o primeiro ministro da Instrução Pública em Portugal –, escrevia que se a nação não tem diante de si novos continentes e novos oceanos, tem a sua própria terra; dentro dela, como um tesouro, o campo das inteligências populares; e este campo fértil e imenso, mas por enquanto improdutivo, é que se torna necessário arrotear. Dentro dele está o cofre da felicidade, e abre-o a chave da educação"<sup>4</sup>.

A mudança operar-se-á, pois, mediante a inovação. E essa inovação inicia-se na base pela educação, pela formação contínua, pela cultura. A educação, assim perspectivada, frutifica em todas as áreas da vida e aproveita inteiramente ao País. Urge inovar os processos, inovar os produtos, inovar os serviços, inovar as técnicas, inovar as organizações e até mesmo inovar as gestões. De acordo com o exemplo de outros casos nacionais, apenas a capacidade de inovar, transformando conhecimento em valor acrescentado, poderá permitir a rápida passagem para uma economia alicerçada no conhecimento. Daqui decorre a necessidade de integrar convenientemente a política de inovação com a informação, a tecnologia, a ciência e a qualificação/formação das pessoas<sup>5</sup>.

Vivemos cada vez mais um tempo de expectativas, de crise de concepções e paradigmas, um tempo extraordinariamente novo e rico em oportunidades. Por isso, o advir é sempre algo que deverá ser planeado com alicerces educacionais. No entanto, a expectativa e a crise contínua de paradigmas não podem contribuir para promover o imobilismo. No início do século XX, G. Wells dizia que "a história da humanidade é cada vez mais a disputa de uma corrida entre a educação e a catástrofe". Provavelmente cabe à informação, neste início do terceiro milénio, garantir o êxito da educação nessa tal corrida. E no advento da novas tecnologias, a educação será reorientada para um

4 D. António da Costa citado por Augusto Santos Silva (*Formar a Nação: vias culturais do progresso segundo intelectuais portugueses do século XIX*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1987, p. 91).

5 PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. Programa do XVII Governo Constitucional. 2005-2009.

novo paradigma cujo enfoque estará, por certo, na análise e no pensamento crítico das massas informacionais a que tem acesso, promovendo-se não a memória mas o pensamento e o conhecimento.

Perante uma panóplia tão vasta de informação, de fontes para a cultura e educação, como processar o conhecimento? Como sustentar o princípio unificador do saber perante a ambiguidade, o ruído, a aleatoriedade? Como resgatar ao real a sua totalidade e torná-la inteligível? Como activar na nossa sociedade em rápida mutação uma perspectiva holonómica do conhecimento?

A realidade, enquanto processo contínuo, é complexa, facto que está na origem da ininterrupta produção de informação, mais ou menos caótica, cuja apropriação e rentabilização podem ficar comprometidas pelo seu próprio volume e desorganização estrutural. É, pois, necessário inovar com organização para poder transformar. Na sociedade actual, a aliança entre inovação e educação entronca na informação.

## INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO, REDES DE COLABORAÇÃO

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo...*

*Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer*

*Porque eu sou do tamanho do que vejo*

*E não do tamanho da minha altura...*

Alberto Caetano, *O Guardador de Rebanhos*

É indesmentível a relação quer do conceito de “sociedade de informação” com a ideia de “inovação tecnológica”, quer do conceito de “sociedade do conhecimento” com a dimensão transformacional pluralista e multidireccional. Só este último conceito expressa a complexidade e o dinamismo das mudanças que estão a ocorrer, sendo incontornável a sua importância decisiva para o crescimento económico, e para o fortalecimento e desenvolvimento de todos os sectores da sociedade<sup>6</sup>. Na verdade, a informação e o conhecimento têm vindo a ser perspectivados na sua dimensão estratégica em todos os sectores da sociedade. Deve-se, pois, reforçar o potencial resultante da articulação entre o sistema informacional, o sistema científico, o desenvolvimento tecnológico e de Inovação e o tecido empresarial.

Sendo certo que a informação é a pedra angular da sociedade do conhecimento, o saber assume-se numa perspectiva global e interactiva, enquanto motor de desenvolvimento. A difusão e a partilha da informação e do saber requerem conexão entre os agentes ou actores, bem como canais de comunicação que propiciem o fluxo informacional, a interacção, a

cooperação, a difusão e o intercâmbio de diferentes tipos de informação, conhecimento e inovação<sup>7</sup>. Desta forma, o mundo fragmentado une-se em rede pela informação e progride pela passagem dessa infra-estrutura tecnológica para uma cultura de cooperação e colaboração, mediante a aplicação da interactividade, da interoperabilidade, da inteligência e da renovação dos valores colectivos e comunitários. É a interiorização plena da infra-estrutura. Aliás, a infra-estrutura é hoje o grande espaço interior. Um espaço que é devolvido ao outro, que se exterioriza e se compartilha. Emerge o “saber compartilhado”<sup>8</sup>, emerge o tempo das cidades do conhecimento.

Actualmente, tudo funciona como recurso de aprendizagem, tudo vale para aprender. A sociedade do conhecimento tornou-se uma plataforma de múltiplas oportunidades de educação e cultura, tendo como principais consequências a promoção do pensamento, da comunicação, do raciocínio, da pesquisa e da organização.

Neste sentido, julgamos ser absolutamente indispensável promover a formação de elos consistentes de cooperação e trabalho entre as diversas camadas da sociedade portuguesa, tendo por base a partilha desta unidade primária da construção do saber, a informação. Trata-se de articular e desenvolver sinergias entre os diversos agentes susceptíveis de rentabilizar significativamente o saber, nomeadamente os organismos detentores de conteúdos culturais (museus, bibliotecas, arquivos e centros de informação e documentação), entidades formais de criação e difusão do saber (escolas e universidades), entidades de criação e difusão artística (escolas e universidades específicas, criadores e artistas) e instituições de I&D (universidades, laboratórios, empresas). Procurar-se-á, assim, organizar um movimento global de renovação educacional e cultural, aproveitando-se toda a riqueza de informações acumuladas e continuamente geradas. Trata-se de produzir, construir e reconstruir continuamente o conhecimento elaborado, facilitando o seu acesso a todos, a partir de só uma plataforma tecnológica. Desta forma, a informação passa a ser determinante sobre o desenvolvimento.

Esta articulação deverá basear-se em algumas premissas básicas relativamente à informação (entendida como um bem público); à comunicação (enquanto processo participativo e interactivo); ao conhecimento (visto como uma construção social partilhada, de público acesso); e às tecnologias (entendidas como um recurso ou suporte para as anteriores).

<sup>6</sup> Abdul Waheed Khan (subdirector-geral da UNESCO para Comunicação e Informação).

<sup>7</sup> ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia – *Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local*.

<sup>8</sup> Conceito proposto por Adama Samassékou.



O Estado Português tem vindo progressivamente a adoptar, ao longo das últimas décadas, um vasto conjunto de medidas, mais ou menos articuladas, tendentes a implementar e a desenvolver a criação de mecanismos que contribuam para a consolidação e difusão do conhecimento, entendido como um bem de valor inestimável na sociedade moderna. É óbvio que a massificação do acesso à Internet e a progressiva utilização das TIC não promovem, por si só, o desenvolvimento nacional e o reposicionamento europeu e/ou internacional dos respectivos espaços urbanos e da sociedade em geral. A crescente importância da capacidade intelectual e do conhecimento, tem evidenciado o saber como a condição essencial e indispensável para o desenvolvimento. Desta forma, a disponibilização do saber, ultrapassando a mera facilitação do acesso a dados informacionais, constitui uma necessidade actual para os cidadãos e uma plataforma indispensável para a dinamização cultural e educativa do País, senão mesmo

para reforçar e activar o avanço económico do mesmo. A difusão do saber nos diversos sectores sociais é um desiderato que urge continuamente promover, sobretudo e desde logo, em nichos específicos capazes de gerar uma eficaz disseminação do mesmo. As universidades constituem-se como actores privilegiados na dinamização da investigação científica e na promoção da educação-formação, cabendo-lhes um papel único de inegável importância. Desta forma, promove-se e potencia-se a interligação entre os grupos de investigação nacionais e aumenta-se significativamente a criação de novas ideias, regenerando-se com sucesso o tecido económico nacional.

Temos vindo a assistir à implementação de diversas medidas, vertidas em inúmeros programas, por parte de áreas distintas mas complementares, como sejam a educação, a cultura, as ciências e as tecnologias. É notório o continuado interesse pelo desenvolvimento de uma rede electrónica de investigação científica, cultural e educacional, o desenvolvimento de bibliotecas digitais, a digitalização do património cultural e respectiva difusão. Por outro lado, procura-se concluir e manter diversas redes de equipamentos e actividades culturais, como é o caso da Rede de Leitura Pública, a Rede de Teatros, a Rede de Museus e a Rede de Arquivos, no intuito imediato de descentralizar a cultura e sensibilizar/formar públicos.

A digitalização do património cultural tem vindo a propiciar a constituição de diversas bases de dados relativas às colecções museológicas, aos espólios arqueológicos, ao património arquitectónico, aos acervos bibliográficos e aos fundos arquivísticos nacionais. Trata-se de uma tarefa que envolve um enorme esforço de mudança, de renovação e de reestruturação profundas na orientação da visão, da missão e dos objectivos operacionais destas instituições. No entanto, são inegáveis as mais valias ao nível da gestão, salvaguarda, protecção e difusão do património cultural objecto deste processo de reorientação. Beneficiam, por norma, o utilizador específico, o cidadão, o público em geral, bem como, as próprias comunidades e as regiões que possuem esse património cultural. Acresce o facto destas inovações propiciarem novos intercâmbios culturais, promoverem o acesso à informação por parte das escolas e das universidades, sustentarem a criação de novos roteiros turístico-culturais, suscitarem um aumento da empregabilidade no sector cultural, reforçando, deste modo, o papel das instituições culturais na economia nacional. Há, pois, um círculo vicioso de retro-alimentação e de difusão do conhecimento.

Partindo do princípio de que as redes de equipamentos e actividades culturais são o melhor factor de consolidação e descentralização da vida cultural e de sensibilização e formação de públicos, o actual Governo Constitucional tem actuado no sentido de favorecer o funcionamento em rede. Torna-se necessário perceber que cabe ao Estado e às administrações locais um esforço que ultrapasse a mera implementação pontual de infra-estruturas tecnológicas, no sentido de promover as ligações reprodutivas entre as áreas da educação, ensino superior, ciência, inovação e cultura. Esse esforço traduz-se na integração de várias redes comuns para acesso e partilha de informação utilizadas por comunidade de práticas específicas, sejam

elas arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus, centros de investigação, laboratórios, etc. Trata-se de, sob a égide do poder público, gizir uma arquitectura de uma mega-rede que optimize a informação contida nas inúmeras bases de dados culturais e científicas, descompartimentando a informação sectorial e específica, relacionando-a, abrindo-a e promovendo, mediante a verticalidade da rede, a sua acessibilidade a diversas comunidades e ao público em geral, sem qualquer prejuízo do quadro legal que regula o acesso aos documentos da administração pública, do clausulado relativo aos direitos de autor, aos direitos de personalidade, etc. Aliás, deverá ser acautelado, estudado e aplicado o quadro legal de acesso aos conteúdos informacionais, tendo em vista a definição de uma política de acesso e difusão do material reunido, garantindo não só a legalidade da disponibilização dos documentos como a utilização das respectivas cópias digitais.

Na verdade, temos vindo a assistir a uma proliferação de “redes de colaboração”<sup>9</sup> em entidades relacionadas com a gestão da informação, sobretudo na área das bibliotecas. Estas redes caracterizam-se por envolverem a coordenação de vários membros do mesmo segmento de acção, no sentido de alcançar objectivos comuns a partir da articulação integrada de esforços. Trata-se de redes de tipo “horizontal”, na medida em que se caracterizam por se aplicarem a um universo homogéneo de actores e se direccionarem para a prossecução dos objectivos específicos e expectáveis da sua área de actuação. São exemplos nacionais dessas redes “horizontais” ou lineares, a PORBASE, a RNPB (Rede Nacional de Bibliotecas Públicas), a RUBI (Rede Universitária de Bibliotecas e Informação), a Rede de Arquivos Nacionais e o GISA (Gestão Integrada de Gestão de Arquivos), no caso dos arquivos, e a MatrizNet, no âmbito dos museus. Em contrapartida, são praticamente inexistentes as chamadas “redes verticais” ou de integração, entendidas como aquelas que envolvem a articulação de diversos organismos heterogéneos, e que visam a produção de resultados relevantes para essas mesmas entidades<sup>10</sup>.

A aposta deverá ser feita nestas últimas, de forma a obter modelos de redes de excelência mediante a concertação entre variadas instituições com interesses muitas vezes opostos. As redes de integração constituem um campo vasto de possibilidades ainda por explorar. Articular em rede os fundos arquivísticos e bibliográficos, os espólios documentais e museológicos, a par de outros recursos informativos, constituiu uma estratégia de grandes potencialidades. Aliás, é a oportunidade por excelência que convém começar a preparar, uma vez que se sabe que os utilizadores querem interfaces de pesquisa únicos, serviços electrónicos fáceis de usar e tão intuitivos quanto possível, preferencialmente com um interface familiar, com acesso a toda a informação a partir de uma fonte,

preferindo um único interface que integre o acesso a todo o tipo de recursos, em vez do modelo tradicional em que têm de utilizar vários interfaces.

## NOTAS FINAIS

A desmaterialização da informação relativamente ao seu suporte tradicional e a respectiva crescente difusão em ambientes electrónicos, tem propiciado o aparecimento de elevado número de publicações virtuais, prefigurando alterações de fundo na concepção do documento, do livro, da leitura, do arquivo e da biblioteca. Parece mesmo inevitável o surgimento, a médio prazo, de centros de informação exclusivamente digitais, totalmente descentralizados e independentes face a qualquer dimensão física ou territorial.

Na actual sociedade e no conjunto das expectativas geradas pelos utilizadores, a temática das redes de colaboração de tipo “vertical” é extremamente relevante para os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, a par de outros agentes do saber, como, por exemplo, as universidades. Uma rede integrada desta natureza visa a criação de uma plataforma digital de abrangência nacional, procurando integrar e gerir os diversos saberes custodiados e produzidos pelas mais variadas instituições da ciência, da cultura e do ensino. Desta forma, não só se esbatem as chamadas regiões periféricas, como também se contribuirá a efectivação de um “policentrismo transnacional”<sup>11</sup>, na senda do desenvolvimento total.

É certo que ainda há muito a consolidar e a reforçar. É igualmente verdade que ainda persistem no nosso território muitas carências tecnológicas, um elevado défice de democracia electrónica e muitas áreas estratégicas a necessitar de serem promovidas. É ainda incontornável o enorme esforço que este projecto exige a montante, por parte das entidades públicas e privadas que nele venham a ingressar, no sentido de se constituir como um complexo sistema de interacções entre infra-estruturas, gestão de conteúdos e mobilização de comunidades de utilizadores.

Trata-se de um desafio que interessa a todas as entidades relacionadas com a gestão da informação, do conhecimento, da ciência, da cultura, da tecnologia, do património. Talvez o esforço tenha ainda de ser adiado pela necessidade básica de consciencialização progressiva dessas mesmas instituições, até porque são necessárias novas formas mentais susceptíveis de enformar uma nova prática formal e técnica. Mais do que as redes lineares, as redes de colaboração integral implicam uma base de colaboração institucional muito sólida e segura, assente em compromissos e na partilha de uma visão balizada nos mesmos pressupostos.

Será, por certo, um decisivo degrau na construção de uma cultura de participação, baseada na utopia, do que ainda não foi alcançado. Do que ainda

<sup>9</sup> Expressão utilizada por José Borbinha. (*Redes de colaboração : alguns elementos para análise e reflexão*. Cadernos BAD. 2004 (1), p. 73 e seguintes.

<sup>10</sup> BORBINHA, José – *Redes de colaboração : alguns elementos para análise e reflexão*. Cadernos BAD. 2004 (1), p. 75.

<sup>11</sup> HEITOR, Manuel (e outros) – *Mobilizar a Sociedade da Informação em Portugal: Reorientar o papel do Estado e intervir numa estratégia coerente de inovação*, p. 2.

não se compreendeu a totalidade mas que já importa abarcar. Mas é a utopia e a crença ilimitada na vontade que suscitam o avanço e propiciam o crescimento. Apenas o ensejo continuado na concretização da ideia e do sonho permitirá convergir esforços e vontades no sentido da sua materialização.

## BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Anabela (org.); ROSA, António Machuco (org.); DAMÁSIO, Manuel José (org.) – *A Economia da Propriedade Intelectual e os Novos Media: entre a inovação e a protecção*. Lisboa : Guerra e Paz, Editores, SA, 2006. ISBN: 989-8014-28-8.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia – *Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local*. Disponível em [www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a02v33n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a02v33n3.pdf) (consulta em Janeiro de 2007).

BOLI, John & RAMIREZ, Francisco – “World Culture, and the development of mass education”. In *Handbook of Theory, and Research in the Sociology of Education* [John Richardson, ed.]. Westport: Greenwood, 1986.

BONNELL, Victoria & HUNT, Lynn, (eds.) – *Beyond the Cultural Turn*. Berkeley: University of California Press, 1999.

BORBINHA, José – *Redes de colaboração : alguns elementos para análise e reflexão*. Cadernos BAD. 2004 (1). Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. ISSN: 0007-9421

BOUCHARD, Camille – *L'innovation sociale existe-t-elle?* Interface, 1997, vol. 18, nº 6.

CASTELLS, M. – *The Rise of the Network Society*. Oxford: UK: Blackwell.

COELHO, Eduardo Prado – *Para uma história da conectividade*. Revista de Comunicação e Linguagens. Relógio d'Água. Disponível em [http://www.ciberscopio.net/artigos/tema3/cdif\\_02.pdf](http://www.ciberscopio.net/artigos/tema3/cdif_02.pdf) (consulta em Janeiro de 2007).

COLÓQUIO “SOCIEDADE, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EMPRESARIAL”. Lisboa. 2000. Coord. João Carraça, João Ferreira de Amaral, colab. Fátima Amade, Sónia Vieira, Maria José Dias. - Lisboa : Impr. Nac.-Casa da Moeda, 2000. ISBN 972-27-1051-6.

FERNANDES, Margarida Maria de Meneses Ramires – *Mudança e inovação na pós-modernidade : perspectivas curriculares*. [1ª ed.]. - Porto : Porto Editora, 2000. (Ciências da Educação século XXI ; 6) ISBN 972-0-34156-4.

FREIRE, Adriano – *Inovação : novos produtos, serviços e negócios para Portugal*. - Lisboa : Verbo, D.L. 2000. ISBN 972-22-2016-0.

HEITOR, Manuel (e outros) – *Mobilizar a Sociedade da Informação em Portugal : reorientar o papel do Estado e*

*intervir numa estratégia coerente de inovação*. Disponível em <http://in3.dem.ist.utl.pt/downloads/press/aut200502.pdf> (consulta em Janeiro de 2007)

LOURENÇO, Eduardo – *A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999. (Obras de Eduardo Lourenço; 3) - ISBN 972-662-703-6.

LOURENÇO, Eduardo – *Nós como futuro*. Lisboa : Pavilhão de Portugal Expo'98 : Assirio & Alvim, 1997 (Cadernos do Pavilhão de Portugal EXPO'98) ISBN 972-37-0437-4.

OLIVEIRA, Jorge – *Gestão da inovação*. - Porto : SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação, D.L. 2000. ISBN 972-8589-01-8.

PIRES, António Machado – *A decadência, ou interrogações de um Portugal hamletiano*. Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, nº 15 (Abr.-Jun. de 1987).

POPKEWITZ, Thomas (ed.) – *Educational Knowledge : Changing relationships between the state, civil society, and the educational community*. New York: State University of New York Press, 2000.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. Programa do XVII Governo Constitucional. 2005-2009.

PRETTO, Nelson – *Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras*. Disponível em <http://www.ufba.br/~pretto/textos/rbe11.htm> (consulta em Janeiro de 2007).

ROBERTSON, Roland - *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London: Sage, 1992.

SARAIVA, Pedro M.; D'OREY, João – *Inovação e qualidade*. 1ª ed. - Porto : SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação, 1999. ISBN 972-8589-02-6

SILVA, Augusto Santos – *Formar a Nação: vias culturais do progresso segundo intelectuais portugueses do século XIX*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1987.